



**JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A Participações  
(Cia aberta)**

**Demonstrações Financeiras**

**em**

**31 de dezembro de 2013 e 2012**

## Senhores Acionistas,

A JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Neste relatório são apresentadas também as informações de forma consolidada da sociedade controlada Real Empreendimentos S.A. que possui como atividade principal a administração de imóveis. A JOSAPAR detém 54,75% do capital social da Real Empreendimentos S.A..

### Considerações gerais

A Companhia possui suas atividades concentradas nas áreas de industrialização e comercialização de alimentos e de produção e distribuição de insumos agrícolas. Atua no segmento de arroz e feijão, através de suas diversas marcas, onde se destacam principalmente o **Arroz Tio João**, o **Arroz Tio Mingote**, **Arroz Meu Biju** e **Feijão Meu Biju**. No mercado de produtos semi-prontos destacam-se as linhas **Cozinha Fácil Tio João** e **Cozinha e Sabor**, sendo ambas líderes nacionais de vendas nos respectivos segmentos. Em parceria com a *The Solae Company*, a JOSAPAR produz e distribui com exclusividade em todo o Brasil o alimento em pó com proteína isolada de soja com a marca **Suprasoy**. Através de outra parceria – com a chilena *Olivos del Sur* – distribui azeite em todo o território nacional com a marca **Nova Oliva**. No segmento de insumos agrícolas atua através de fertilizantes nas marcas **Supremo** e **Organo Mineral NPK1**. Dentre os lançamentos mais recentes destacam-se a linha de Bolos com a marca **SupraSoy**, a linha de mingaus com a marca **Meu Bijuzinho**, o produto **Meu Bijú 8 grãos** e o **Arroz Vermelho** complementando a linha Variedades Mundiais.

### Desempenho operacional e econômico em 2013

A safra do arroz em 2013 apresentou uma produção de 11,8 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 7,9 milhões de toneladas. A produção de arroz no Brasil foi 1,7% maior em comparação ao ano anterior. A produtividade média no Brasil foi de 4.926 kg/ha, pouco superior do que a da safra anterior, que havia sido de 4.780 kg/ha. Neste cenário o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2013 foi de R\$33,13 contra R\$30,35 no exercício de 2012. As variações de preço da matéria prima do arroz estão diretamente vinculadas ao faturamento da Companhia.

Mesmo nesse cenário de nível de preços elevados, a JOSAPAR manteve seu volume de vendas, com destaque neste exercício para: os produtos de arroz branco e parboilizado nas marcas Tio João e Meu Biju; as exportações de arroz; os produtos de feijão na marca Meu Biju; os produtos da linha de arroz integral; os produtos semi-prontos da linha Cozinha Fácil; os produtos prontos da linha Cozinha e Sabor; os produtos da linha Variedades Mundiais; os produtos da Linha Sete Cereais + Soja; para os produtos derivados da proteína de Soja na linha Suprasoy. A performance das vendas é fruto da eficiência e proatividade da Companhia somado aos investimentos em gestão de processos e equipamentos.

### Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2013 e 2012:

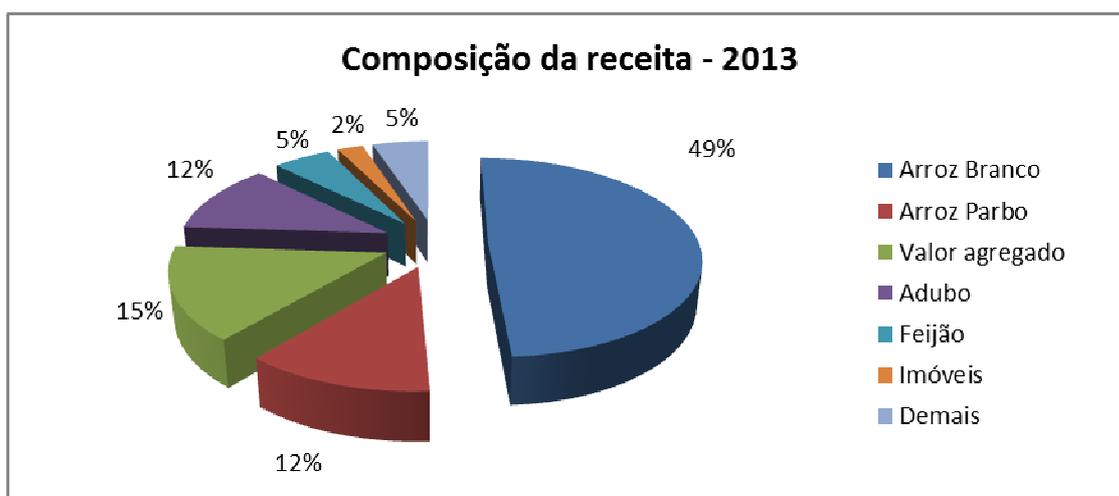
	2013 (R\$ Mil)	2012 (R\$ Mil)	Varição
Vendas Brutas	1.120.001	1.056.668	63.333
Vendas Líquidas	987.306	930.344	56.962
Lucro Bruto	296.843	284.925	11.918
% LB s/VL	30,1%	30,7%	(0,6)%
Ebitda	80.859	93.906	(13.047)
% Ebitda s/VL	8,2%	10,1%	(1,9)%
Lucro Líquido	19.200	33.588	(14.388)
% LL s/VL	1,9%	3,6%	(1,7)%
Dividendos	5.226	9.573	(4.347)

### **Investimentos**

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$56,4 milhões e foram realizados com vistas à ampliação da capacidade de armazenagem, secagem e beneficiamento, melhoria na gestão de processos e lançamento de novos produtos, com destaque na Josapar para a aquisição de um imóvel no porto de Suape –PE que será destinado às futuras instalações da Unidade industrial do Nordeste da organização, e na Real Empreendimentos pela inauguração do Shopping Pelotas, ocorrida em Outubro.

### **Vendas totais**

A JOSAPAR mantém seu foco em atender a todas as classes de renda do Brasil através da busca constante de novos canais de distribuição da linha de alimentos e em aproveitar as oportunidades do mercado imobiliário e de shopping centers. O faturamento bruto da organização foi de R\$1.120 bilhão, representando um crescimento de 6% sobre o mesmo período do ano anterior.



### **Mercado externo**

O maior nível de preços praticado pela cadeia orizícola no ano de 2013 tornou desnecessárias medidas governamentais de incentivo as exportações, fato que ocasionou significativa queda das exportações brasileiras do grão. O contexto desfavorável e da perda de competitividade do arroz brasileiro no exterior pressionou negativamente o faturamento da Companhia oriundo das exportações, que foi de R\$58 milhões contra R\$77,6 milhões do exercício anterior. A empresa mantém sua estratégia de buscar o crescimento e conquista de novos mercados.

### **Margem bruta**

A margem bruta da Companhia foi de 30% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 297 milhões), R\$ 11,9 milhões superior ao exercício de 2012. O cenário do crescimento dos custos no Brasil, a concentração do varejo, o aumento de competitividade do setor e a menor amplitude do nível de preços da principal matéria prima da Companhia foram os fatores de maior influência na margem da Companhia no decorrer deste exercício.

### **EBITDA (Resultado da atividade operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)**

A geração líquida de caixa da JOSAPAR de acordo com o conceito EBITDA foi de R\$80,9 milhões, representando 8,2% das vendas líquidas. No exercício anterior o EBITDA foi de R\$93,4 milhões ou 10% das vendas líquidas. Esta performance é resultado da combinação de fatores mencionados anteriormente.

### **Endividamento bancário líquido**

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido, considerando inclusive os financiamentos para investimentos da Companhia era de R\$360 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$20,6 milhões.

Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$116,5 milhões, contra R\$155,8 milhões no final do exercício anterior. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

### **Lucro líquido**

O lucro líquido do exercício foi de R\$19,2 milhões. O lucro líquido pelo lote de 1.000 ações foi de R\$1.814 mil. No ano anterior o Lucro Líquido foi de R\$33,6 milhões e pelo lote de 1.000 ações de R\$3.174 mil.

### **Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido atingiu R\$360 milhões contra R\$381 milhões do ano anterior. A variação do seu valor está impactada pela distribuição extraordinária de dividendos.

### **Ativos intangíveis**

Entre os principais fatores competitivos da JOSAPAR destacamos as suas marcas - no arroz a marca **Tio João**, no arroz e feijão a marca **Meu Biju**, na soja a marca **Suprasoy**, nos insumos a marca **Supremo** - as ferramentas de gestão, os processos tecnológicos, e os recursos humanos, que resultam concomitantemente na criação de valores não mensuráveis, mas que podem ser percebidos. Maiores informações sobre os nossos produtos estão disponíveis em nossos sites: [www.josapar.com.br](http://www.josapar.com.br) – [www.tiojoao.com.br](http://www.tiojoao.com.br) – [www.suprasoy.com.br](http://www.suprasoy.com.br).

### **Recursos humanos**

A companhia manteve sua política de investimentos em recursos humanos, patrocinando no decorrer do exercício programas de treinamento, qualificação e assistência aos seus colaboradores. Estes programas visam proporcionar segurança e oportunidade de crescimento profissional, através de cursos de especialização, treinamentos e convênios, provendo variadas formas de benefícios, tais como: alfabetização, assistência médica, planos de saúde, refeitório, cestas básicas, convênios farmácia, ótica e livraria, convênio escola e creche. No exercício de 2003 a companhia deu início ao programa de participação nos resultados – PPR, e segue com seu plano de implantação de metas departamentais até chegar ao nível de metas individuais. Este desafio irá proporcionar aos colaboradores o seu crescimento profissional e a oportunidade de participar efetivamente da gestão. Neste exercício encontra-se provisionado o valor de R\$1.854 mil e que será distribuído durante o ano de 2014.

### **Relacionamento com Auditores Independentes**

Seguindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com a intenção de preservar a independência do nosso Auditor, divulgamos que neste exercício sua prestação de serviço foi específica na auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos.

### **Declaração da Diretoria**

Em observância às disposições da Instrução CVM nº. 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

### **Agradecimentos**

A administração da empresa agradece aos acionistas pelo apoio e confiança depositados, aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade de modo geral. Aos funcionários, especial reconhecimento pela dedicação, profissionalismo e pelo constante empenho na busca de soluções que permitiram à Companhia superar com sucesso aos desafios que se apresentaram.

**JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
Caixas e bancos	2.037	5.132	3.399	5.606
Aplicações financeiras (nota 3.b)	230.849	163.018	243.661	187.060
	<u>232.886</u>	<u>168.150</u>	<u>247.060</u>	<u>192.666</u>
<b>CRÉDITOS</b>				
Clientes (nota 3.c e 5)	179.854	181.641	184.999	185.974
Adiantamentos a fornecedores(nota 6)	114.355	73.488	114.355	73.488
Impostos a compensar(nota 8)	43.242	36.003	45.028	38.207
Outras contas	24.634	24.471	26.159	25.414
	<u>362.085</u>	<u>315.603</u>	<u>370.541</u>	<u>323.083</u>
<b>ESTOQUES (nota 7)</b>	142.458	133.915	177.247	168.913
<b>Total do ativo circulante</b>	<u>737.429</u>	<u>617.668</u>	<u>794.848</u>	<u>684.662</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (nota 3.c)</b>				
Depósitos judiciais	-	-	1.079	2.620
Incentivos fiscais	994	994	994	994
Coligadas (nota 12)	88	20.149	1.640	21.484
Créditos fiscais diferidos (nota 8 e 14)	346	687	681	1.009
Impostos a compensar (nota 8)	2.775	1.131	2.775	1.131
	<u>4.203</u>	<u>22.961</u>	<u>7.169</u>	<u>27.238</u>
<b>Investimentos</b>				
Controladas (nota 9.a)	142.999	138.685	1.000	1.000
Outros investimentos(nota 9.b)	510	510	2.038	1.995
Propriedades para investimento	-	-	296.793	273.642
	<u>143.509</u>	<u>139.195</u>	<u>299.831</u>	<u>276.637</u>
<b>Imobilizado líquido (nota10)</b>	235.560	214.560	238.276	219.593
Intangível líquido (nota10)	1.979	1.967	2.027	2.020
Diferido(nota 10)	103	132	103	132
	<u>237.642</u>	<u>216.659</u>	<u>240.406</u>	<u>221.745</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<u>385.354</u>	<u>378.815</u>	<u>547.406</u>	<u>525.620</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>1.122.783</u>	<u>996.483</u>	<u>1.342.254</u>	<u>1.210.282</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	23.432	20.906	23.931	22.718
Instituições financeiras (nota 11)	336.686	197.135	336.895	197.542
Obrigações sociais e tributárias	18.356	22.558	23.137	25.553
Dividendos propostos(nota 15.b)	5.472	9.573	8.478	11.452
Credores diversos	23.002	24.785	24.857	26.786
Provisão para contingências (nota 19)	35.187	25.624	35.187	25.624
Outras contas	10.169	9.457	12.018	9.557
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>452.304</b>	<b>310.038</b>	<b>464.503</b>	<b>319.232</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (nota 3.c)</b>				
Instituições financeiras (nota 11)	270.067	267.254	270.231	267.698
Partes relacionadas (nota 12)	773	-	773	-
Obrigações sociais e tributárias (notas 13,14 e 18)	15.192	13.854	16.081	14.859
Impostos diferidos s/ ajuste avaliação patrimonial	23.693	23.914	108.308	109.075
Outros débitos	413	413	3.991	3.869
	310.138	305.435	399.384	395.501
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>310.138</b>	<b>305.435</b>	<b>399.384</b>	<b>395.501</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social (nota 15.a)	120.000	120.000	120.000	120.000
Reserva de reavaliação	552	552	552	552
Ajuste de avaliação patrimonial	45.992	46.421	45.992	46.421
Reserva reflexo controlada	89.927	90.506	89.927	90.506
Reserva estatutária	94.045	114.666	94.045	114.666
Reserva Legal(nota 15.c)	9.825	8.865	9.825	8.865
<b>Patrimônio líquido dos controladores</b>	<b>360.341</b>	<b>381.010</b>	<b>360.341</b>	<b>381.010</b>
Patrimônio líquido dos não controladores	-	-	118.026	114.539
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>360.341</b>	<b>381.010</b>	<b>478.367</b>	<b>495.549</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.122.783</b>	<b>996.483</b>	<b>1.342.254</b>	<b>1.210.282</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Mercado interno	1.036.156	956.684	1.062.052	979.073
Mercado externo	57.949	77.595	57.949	77.595
	<u>1.094.105</u>	<u>1.034.279</u>	<u>1.120.001</u>	<u>1.056.668</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA				
Devoluções e abatimentos	(50.523)	(46.439)	(50.561)	(46.439)
Tributos sobre vendas	(79.715)	(77.854)	(82.134)	(79.885)
	<u>(130.238)</u>	<u>(124.293)</u>	<u>(132.695)</u>	<u>(126.324)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	963.867	909.986	987.306	930.344
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS( nota 16)	(689.897)	(645.380)	(690.463)	(645.419)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>273.970</u>	<u>264.606</u>	<u>296.843</u>	<u>284.925</u>
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS:				
Despesas com vendas( nota 16)	(157.710)	(136.588)	(157.823)	(136.668)
Despesas administrativas( nota 16)	(59.081)	(60.716)	(71.440)	(70.542)
Remuneração dos administradores(nota 16)	(1.865)	(1.625)	(3.467)	(3.120)
Outras receitas operacionais(nota 16)	964	5.408	7.434	9.736
	<u>(217.692)</u>	<u>(193.521)</u>	<u>(225.296)</u>	<u>(200.594)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	3.945	3.825	-	-
	<u>(213.747)</u>	<u>(189.696)</u>	<u>(225.296)</u>	<u>(200.594)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	60.223	74.910	71.547	84.331
RESULTADO FINANCEIRO				
Despesas financeiras	(61.300)	(46.312)	(61.548)	(47.135)
Receitas financeiras	40.863	35.218	40.947	36.010
	<u>(20.437)</u>	<u>(11.094)</u>	<u>(20.601)</u>	<u>(11.125)</u>
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	39.786	63.816	50.946	73.206
PARTICIPAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS	(1.854)	(4.095)	(1.854)	(4.095)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	<u>37.932</u>	<u>59.721</u>	<u>49.092</u>	<u>69.111</u>
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA CORRENTES (nota 14)	(17.280)	(25.543)	(23.445)	(29.918)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA DIFERIDOS (nota 14)	(1.452)	(590)	(1.438)	(636)
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	-	-	(5.009)	(4.969)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>19.200</u>	<u>33.588</u>	<u>19.200</u>	<u>33.588</u>
Lucro por lote de mil ações- Básico e diluído — R\$	<b>1.814</b>	<b>3.174</b>	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste avaliação patrimonial		Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Consolidado
			Próprias	Reflexa	Reserva estatutária	Reserva legal				Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	120.000	552	47.457	90.548	90.851	7.186	-	356.594	111.584	468.178
Tributos e realização da reserva de avaliação	-	-	(1.036)	-	-	-	1.602	566	-	566
Reflexo de controladas	-	-	-	(42)	-	-	(123)	(165)	-	(165)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	33.588	33.588	-	33.588
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	2.955	2.955
Dividendos propostos (R\$ 904,59 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(9.573)	(9.573)	-	(9.573)
Constituição de reservas	-	-	-	-	23.815	1.679	(25.494)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	120.000	552	46.421	90.506	114.666	8.865	-	381.010	114.539	495.549
Tributos e realização da reserva de avaliação	-	-	(429)	-	-	-	681	252	-	252
Reflexo de controladas	-	-	-	(579)	-	-	930	351	-	351
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	19.200	19.200	-	19.200
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	3.487	3.487
Dividendos extraordinário distribuídos (R\$ 3.307,39 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(35.000)	-	-	(35.000)	-	(35.000)
Dividendos propostos (R\$ 517,08 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(5.472)	(5.472)	-	(5.472)
Constituição de reservas	-	-	-	-	14.379	960	(15.339)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	120.000	552	45.992	89.927	94.045	9.825	-	360.341	118.026	478.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
**( Valores expressos em milhares de reais)**  
**MÉTODO INDIRETO**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES</b>				
Lucro líquido do exercício	19.200	33.588	19.200	33.588
Ajuste do fluxo operacional	16.977	27.472	26.349	33.311
Depreciações e amortizações	8.887	8.940	9.312	9.575
Baixa de ativo imobilizado	1.239	2.362	4.098	2.362
Transferências para propriedade de investimento	-	-	1.211	-
Equivalência patrimonial	(3.945)	(3.825)	-	-
Provisões de contingências	10.627	19.969	10.633	20.002
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	169	26	1.095	1.372
<b>Variação dos ativos</b>	<b>(36.805)</b>	<b>(63.362)</b>	<b>(36.861)</b>	<b>(66.290)</b>
Clientes	1.618	(47.099)	(120)	(48.550)
Estoques	(8.543)	(27.120)	(8.334)	(27.127)
Créditos com coligadas	20.061	(6.391)	19.844	(7.081)
Impostos a compensar	(8.883)	8.960	(8.465)	9.012
Adiantamentos a fornecedores	(40.867)	3.766	(40.867)	3.766
Outros	(191)	4.522	1.081	3.690
<b>Variação dos passivos</b>	<b>(1.318)</b>	<b>1.039</b>	<b>1.339</b>	<b>10.722</b>
Fornecedores	2.526	(3.464)	1.213	(1.989)
Obrigações sociais e tributárias	(3.085)	10.944	(1.961)	12.349
Débitos com coligadas	773	-	773	-
Outros	(1.532)	(6.441)	1.314	362
<b>Recursos líquidos das atividades operacionais</b>	<b>(1.946)</b>	<b>(1.263)</b>	<b>10.027</b>	<b>11.331</b>
<b>Fluxo das atividades de investimento</b>	<b>(31.109)</b>	<b>(23.232)</b>	<b>(56.433)</b>	<b>(44.448)</b>
Propriedades para investimento	-	-	(23.151)	(18.282)
Adições de imobilizado e intangível	(31.109)	(23.232)	(33.282)	(26.166)
<b>Recursos líquidos das atividades de investimento</b>	<b>(31.109)</b>	<b>(23.232)</b>	<b>(56.433)</b>	<b>(44.448)</b>
<b>Fluxo das atividades de financiamento</b>	<b>97.791</b>	<b>115.138</b>	<b>100.800</b>	<b>114.875</b>
Financiamentos obtidos	388.699	378.543	388.943	379.026
Pagamentos de financiamentos	(246.335)	(258.078)	(247.057)	(258.402)
Participação de minoritários	-	-	3.487	2.955
Dividendos e juros sobre capital próprio	(44.573)	(5.327)	(44.573)	(8.704)
<b>Fluxo de caixa líquido do exercício</b>	<b>64.736</b>	<b>90.643</b>	<b>54.394</b>	<b>81.758</b>
Caixa no início do exercício	168.150	77.507	192.666	110.908
Caixa no final do exercício	232.886	168.150	247.060	192.666
<b>Variação de caixa no exercício</b>	<b>64.736</b>	<b>90.643</b>	<b>54.394</b>	<b>81.758</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
**( Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<b>RECEITAS</b>	<b>1.044.377</b>	<b>993.222</b>	<b>1.075.779</b>	<b>1.018.594</b>
Venda de mercadorias , produtos e serviços	1.043.582	987.840	1.069.440	1.010.230
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(169)	(26)	(1.095)	(1.372)
Outras receitas operacionais	964	5.408	7.434	9.736
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>858.777</b>	<b>807.445</b>	<b>865.637</b>	<b>810.059</b>
Matérias-primas consumidas	549.441	516.028	550.006	516.099
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	310.421	272.364	315.820	275.366
Perda/recuperação de valores ativos	(1.085)	19.053	(189)	18.594
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>185.600</b>	<b>185.777</b>	<b>210.142</b>	<b>208.535</b>
<b>DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO</b>	<b>8.887</b>	<b>8.940</b>	<b>9.312</b>	<b>9.575</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>176.713</b>	<b>176.837</b>	<b>200.830</b>	<b>198.960</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>44.808</b>	<b>39.043</b>	<b>40.947</b>	<b>36.010</b>
Resultado de equivalência patrimonial	3.945	3.825	-	-
Receitas financeiras	40.863	35.218	40.947	36.010
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>221.521</b>	<b>215.880</b>	<b>241.777</b>	<b>234.970</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL</b>	<b>221.521</b>	<b>215.880</b>	<b>241.777</b>	<b>234.970</b>
Pessoal e encargos	55.811	51.945	60.701	56.867
Impostos e contribuições	85.210	84.036	94.276	91.387
Juros e aluguéis	61.300	46.311	62.591	48.159
Dividendos e juros sobre capital próprio	5.472	9.573	5.472	9.573
<b>Lucros retidos</b>	<b>13.728</b>	<b>24.015</b>	<b>13.728</b>	<b>24.015</b>
Participação dos acionistas não controladores	-	-	5.009	4.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de Reais**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos e, por meio de sua controlada Real Empreendimentos S.A., na administração de imóveis e no comércio imobiliário.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 17 de março de 2014.

#### **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

- As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e normas brasileiras aprovadas pelo CFC- Conselho Federal de Contabilidade.

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A- (direta)
- Josapar Internacional-(direta)
- Copérnico S/A- (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda- (indireta)
- Real Rio Grande Ltda- ( indireta)
- Shopping João Pessoa S/A- (indireta)

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por não ser aplicável para a empresa.

- Avaliação dos impactos da Medida Provisória nº 627/13

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e introduziu alterações no Decreto Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido. Adicionalmente trouxe outras providências, dentre as quais:

- a) estabeleceu que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Medida Provisória, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que a lei tributária regule a matéria;
- b) incluiu tratamento específico sobre potencial de tributação de lucros ou dividendos distribuídos no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2013;
- c) incluiu disposições sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio para os anos calendários de 2008 a 2013, utilizando as contas do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, desconsiderando os valores relativos a ajuste de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação;
- d) trouxe novas disposições quanto a tributação das empresas subsidiárias no exterior.

As disposições previstas na Medida Provisória nº 627 têm vigência obrigatória a partir do exercício de 2015. Entretanto a mesma faculta a opção pela sua adoção antecipada para o exercício de 2014, opção que pode eliminar potenciais efeitos tributários relacionados com o pagamento de dividendos realizados até a data de sua publicação, bem como de juros sobre o capital próprio e resultados de equivalência patrimonial.

A Administração da Companhia elaborou estudos e concluiu que não existem efeitos tributários significativos que possam advir da aplicação dos preceitos da referida Medida Provisória.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

#### c) Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 40 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado.

e) Imobilizado, intangível e diferido

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

A política de distribuição de lucros, não leva em conta, os impactos da adoção dos CPCs.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Amortização do diferido, pelo método linear, a taxas anuais é de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até atingir sua amortização total.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representados por imóveis pertencentes à controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

g) Imposto de Renda e contribuição social

Estão calculados com base no lucro real, sendo Imposto de Renda à alíquota de 15% mais 10% de adicional, e contribuição social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

h) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

i) Provisões para Contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

j) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

k) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

#### 4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e sua controlada as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento encontra-se em 40 dias e a perda reconhecida no ano foi de 0,06% sobre o faturamento.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Ativos				
Aplicações financeiras	-	4.846	-	4.846
Contas a receber de clientes	7.844	11.608	7.844	11.608
	<u>7.844</u>	<u>16.454</u>	<u>7.844</u>	<u>16.454</u>
Empréstimos e financiamentos	23.886	27.811	23.886	27.811
	<u>23.886</u>	<u>27.811</u>	<u>23.886</u>	<u>27.811</u>
Exposição passiva líquida	<u>(16.042)</u>	<u>(11.357)</u>	<u>(16.042)</u>	<u>(11.357)</u>

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pelas Resoluções 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Linha	Contratação	Valor	Custo		Indexador	31.12.2013	Vencimento	
1	2770	30/11/12	R\$1.360	1,75%	Passivo	CDI	R\$1.515	25.04.2014
	Swap	30/11/12	USD 670	1,85%	Ativo	US\$		
2	4131	21/12/12	R\$15.000	1,99%	Passivo	CDI	R\$15.034	18.12.2014
	Swap	21/12/12	USD 7.218	2,77%	Ativo	US\$		
3	4131	08/04/13	R\$18.000	1,70%	Passivo	CDI	R\$18.451	08.10.2014
	Swap	08/04/13	USD 8.904	2,70%	Ativo	US\$		
4	4131	09/05/13	R\$20.000	1,70%	Passivo	CDI	R\$20.339	30.04.2015
	Swap	09/05/13	USD 9.942	1,60%	Ativo	US\$		
5	3844	20/06/13	R\$40.000	2,10%	Passivo	CDI	R\$40.183	01.06.2016
	Swap	20/06/13	USD 18.332	2,85%	Ativo	US\$		
6	4131	16/09/13	R\$20.000	1,70%	Passivo	CDI	R\$20.631	08.09.2015
	Swap	16/09/13	USD 8.700	3,23%	Ativo	US\$		
						R\$116.153		

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade base 31.12.2013 em R\$ mil:

Risco: alta do CDI                      CDI Dez/2013: 10,00% a.a

Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato

	Cenários		
	Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
manutenção	> 25%	> 50%	
10,00%	12,50%	15,00%	
CDI aa	CDI aa	CDI aa	

Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento				
31.12.2013	R\$116.153	diversos	CDI	diversos	R\$140.607	R\$146.083	R\$151.677	
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato						R\$ 0	R\$5.476	R\$11.070

\* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475/08.

\*\* Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Cientes nacionais	173.095	170.949	182.166	178.282
Cientes no exterior	7.844	11.608	7.844	11.608
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.085)	(916)	(5.011)	(3.916)
<b>Total</b>	<b>179.854</b>	<b>181.641</b>	<b>184.999</b>	<b>185.974</b>

**6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Adiantamentos fornecedores de arroz	105.728	70.859	105.728	70.859
Adiantamentos fornecedores diversos	8.627	2.629	8.627	2.629
<b>Total</b>	<b>114.355</b>	<b>73.488</b>	<b>114.355</b>	<b>73.488</b>

**7. ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Produtos acabados e semi-elaborados	52.002	58.719	52.002	58.719
Mercadorias para revenda	2.934	680	2.934	680
Matérias-primas	78.763	67.863	78.763	67.863
Produtos com terceiros	253	358	253	358
Outros	8.506	6.295	8.506	6.295
Imóveis	-	-	34.789	34.998
<b>Total</b>	<b>142.458</b>	<b>133.915</b>	<b>177.247</b>	<b>168.913</b>

**8. IMPOSTOS A RECUPERAR E CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
INSS	433	433	433	433
PIS e COFINS	35.864	29.732	35.873	29.787
ICMS	3.506	3.088	3.506	3.088
IRRF- saldo declaração	1.146	403	1.285	551
Habilitação crédito REFIS pago a maior	-	-	1.636	1.958
IRPJ e CSLL- saldo negativo	2.293	2.347	2.295	2.390
<b>Soma</b>	<b>43.242</b>	<b>36.003</b>	<b>45.028</b>	<b>38.207</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
ADIR estadual	229	229	229	229
PIS COFINS e ICMS s/ imobilizado	971	902	971	902
FINSOCIAL	1.575	-	1.575	-
<b>Soma</b>	<b>2.775</b>	<b>1.131</b>	<b>2.775</b>	<b>1.131</b>
IRPJ e CSLL diferidos	346	687	681	1.009
<b>Total</b>	<b>3.121</b>	<b>1.818</b>	<b>3.456</b>	<b>2.140</b>

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos de compras no mercado interno, os quais são substancialmente compensados com outros tributos federais.

Os demais saldos serão compensados nas operações normais da companhia.

## 9. INVESTIMENTOS

### a) Informações sobre Controladas

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Juros s/ capital próprio	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S/A	185.740	54,75	260.926	49.500	11.205	4.000	3.945
Josapar Internacional	50	100	144	117	-	-	-

### b) Composição dos Investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2012	138.559	126	510	139.195	273.642	2.995	276.637
Reflexo controladas	351	18	-	369	-	43	43
Equivalência patrimonial	3.945	-	-	3.945	-	-	-
Propriedades p/ Investimentos	-	-	-	-	23.151	-	23.151
Em 31 de dezembro de 2013	142.855	144	510	143.509	296.793	3.038	299.831

## 10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIFERIDO

### Controladora

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	26.211	99.740	248	58.268	5.622	12.665	202.754
Adições	28	1	553	5.880	16.264	217	22.943
Baixas	-	-	(313)	(612)	(1.435)	(2)	(2.362)
Baixa depreciação	-	-	328	26	-	4	358
Transferências	-	81	-	876	(1.244)	287	-
Depreciação	-	(2.421)	(67)	(5.020)	-	(1.625)	(9.133)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	26.239	97.401	749	59.418	19.207	11.546	214.560
Adições	1.108	179	39	12.732	16.426	529	31.013
Baixas	-	-	(154)	(1.016)	(63)	(6)	(1.239)
Baixa depreciação	-	-	113	725	-	5	843
Transferências	-	9.992	-	2.900	(14.842)	1.950	-
Depreciação	-	(2.402)	(131)	(5.606)	-	(1.478)	(9.617)
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	27.347	105.170	616	69.153	20.728	12.546	235.560

**Consolidado**

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	169.918	211.393	925	58.753	6.702	13.174	460.865
Adições	28	1	1.078	5.881	17.938	933	25.859
Baixas	-	-	(313)	(612)	(1.435)	(2)	(2.362)
Baixa depreciação	-	-	328	26	-	4	358
Propriedades p/ Investimento	(143.707)	(111.653)	-	-	-	-	(255.360)
Transferências	-	81	-	876	(1.244)	287	-
Depreciação	-	(2.421)	(189)	(5.034)	-	(2.123)	(9.767)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	26.239	97.401	1.829	59.890	21.961	12.273	219.593
Adições	1.108	179	284	12.732	18.296	587	33.186
Baixas	-	-	(679)	(1.016)	(2.361)	(42)	(4.098)
Baixa depreciação	-	-	113	725	-	5	843
Propriedades p/ Investimento	-	-	-	-	(1.211)	-	(1.211)
Transferências	-	9.992	-	2.900	(14.842)	1.950	-
Depreciação	-	(2.402)	(384)	(5.620)	-	(1.631)	(10.037)
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	27.347	105.170	1.163	69.611	21.843	13.142	238.276

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	1.613	197	1.810	1.648	198	1.846
Adições	213	76	289	213	94	307
Depreciação	-	(132)	(132)	-	(133)	(133)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	1.826	141	1.967	1.861	159	2.020
Adições	-	96	96	-	96	96
Depreciação	-	(84)	(84)	-	(89)	(89)
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	1.826	153	1.979	1.861	166	2.027

As taxas de depreciação calculadas pelo método linear foram ajustadas de acordo com a nova vida útil de cada bem:

Imóveis prédios	2,8% a.a
Veículos	20 % a.a
Veículos industriais	10% a.a
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Instalações e benfeitorias	10% a.a
Sistemas e equipamentos e informática	33% a.a

A realização da reserva de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2013 foi de R\$ 429 empresa -(R\$1.036 em 2012), e consolidado R\$ 1.487 -(R\$ 1.173 em 2012). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre a reserva de reavaliação de ativos próprios, de acordo com as alíquotas vigentes.

## DIFERIDO

O saldo do diferido em 31 de dezembro de 2013 é de R\$103 -(R\$132 em 2012), a amortização no exercício foi de R\$ 29 -(R\$33 em 2012), calculada pelo método linear a taxa anual de 10%.

## 11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	7.582	8.164	7.582	8.440
Crédito Rural-EGF	40.631	40.768	40.631	40.768
Capital de giro	264.503	122.362	264.578	122.362
Arrendamento mercantil	83	74	217	205
Total	312.799	171.368	313.008	171.775
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	4.784	9.609	4.784	9.609
Capital de Giro-FINIMP	19.103	16.158	19.103	16.158
Total	23.887	25.767	23.887	25.767
TOTAL CIRCULANTE	336.686	197.135	336.895	197.542
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	26.841	27.759	26.841	28.046
Capital de giro	243.218	237.359	243.359	237.359
Arrendamento mercantil	8	92	31	249
Total	270.067	265.210	270.231	265.654
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	-	2.044	-	2.044
Total	-	2.044	-	2.044
TOTAL NÃO CIRCULANTE	270.067	267.254	270.231	267.698
<b>Vencimentos de longo prazo</b>				
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
2014	-	162.771	-	163.072
2015	182.097	71.330	182.206	71.473
2016	48.622	17.321	48.677	17.321
2017	24.166	10.876	24.166	10.876
2018	9.115	2.063	9.115	2.063
2019	1.874	1.089	1.874	1.089
2020	1.704	902	1.704	902
2021	1.640	902	1.640	902
2022	614	-	614	-
2023	235	-	235	-
Total	270.067	267.254	270.231	267.698

	<b>Indexador</b>	<b>Taxa</b>
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	6,55% a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	4,15% a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,41% a.a
Investimentos em moeda estrangeira	VC US\$ + Libor	4,25% a.a
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	2,20% a.a
Crédito Rural-EGF - recursos obrigatórios	Pré-fixado	5,50% a.a
Capital de Giro	CDI	1,70% a.a

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural são contratados a taxa pré-fixada de 5,5%a.a. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, bens do ativo imobilizado de sua controlada, Real Empreendimentos S.A. e penhor mercantil de estoques para as operações de Crédito Rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770, 3.844 e Lei 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação no passivo circulante equivalem a US\$ 8.154 mil, aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

Em Janeiro de 2013 houve consenso entre a Companhia e a IFC quanto à disputa judicial até então vigente e o pagamento da primeira parcela do acordo. O saldo de R\$4.784, equivalente a US\$ 2.042 em 31.12.2013 será pago em mais duas parcelas em janeiro e julho de 2014, com encargos de Libor + 4,25% aa.

## 12. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Juros s/ capital próprio	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	70	-	1.867	-	-
Outros	18	(773)	-	1.640	(773)
Em 31.12.2013	88	(773)	1.867	1.640	(773)
Real Empreendimentos S.A.	31	-	2.199	-	-
Outros	20.118	-	-	21.484	-
Em 31.12.2012	20.149	-	2.199	21.484	-

As transações praticadas com partes relacionadas seguem políticas estabelecidas entre as partes, que poderiam ser diferentes se praticadas entre partes não relacionadas.

**13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Tributos s/ deprec. Incentivada	546	953	1.407	1.958
IRPJ e CSLL diferidos(*)	2.533	1.080	2.533	1.080
REFIS(**)	12.113	11.821	12.141	11.821
	<u>15.192</u>	<u>13.854</u>	<u>16.081</u>	<u>14.859</u>

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(\*) vide nota 14.b

(\*\*) Vide nota 18

**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Natureza dos tributos diferidos - Ativo realizável a longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Contribuição social diferida	92	182	181	267
Imposto de renda diferido	254	505	500	742
	<u>346</u>	<u>687</u>	<u>681</u>	<u>1.009</u>

b) Natureza dos tributos diferidos - Passivo exigível a longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Contribuição social diferida	671	286	671	286
Imposto de renda diferido	1.862	794	1.862	794
	<u>2.533</u>	<u>1.080</u>	<u>2.533</u>	<u>1.080</u>

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Corrente				
Contribuição social	(4.620)	(6.844)	(6.274)	(8.017)
Imposto de renda	(12.660)	(18.699)	(17.171)	(21.901)
	<u>(17.280)</u>	<u>(25.543)</u>	<u>(23.445)</u>	<u>(29.918)</u>
Diferido				
Contribuição social	(384)	(156)	(380)	(168)
Imposto de renda	(1.068)	(434)	(1.058)	(468)
	<u>(1.452)</u>	<u>(590)</u>	<u>(1.438)</u>	<u>(636)</u>
	<u>(18.732)</u>	<u>(26.133)</u>	<u>(24.883)</u>	<u>(30.554)</u>

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Resultado antes da CS e do IR	37.932	59.721	49.092	69.111
Eliminações/ajustes efeito controlada	-	-	7.033	6.696
	<u>37.932</u>	<u>59.721</u>	<u>56.125</u>	<u>75.807</u>
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CS – 9%)	(12.897)	(20.305)	(19.083)	(25.774)
Exclusões (adições) permanentes	128	81	104	1.070
Exclusões (adições) temporárias	(5.928)	(6.393)	(5.928)	(6.393)
Outros	(35)	484	24	543
	<u>(18.732)</u>	<u>(26.133)</u>	<u>(24.883)</u>	<u>(30.554)</u>

A Companhia reconheceu em exercícios anteriores, créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre saldos de variação cambial diferido, conforme a Deliberação CVM nº. 371/02, os quais são realizados de acordo com os vencimentos dos contratos em moeda estrangeira.

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Lucro líquido do exercício	19.200	33.588
Reserva legal	<u>(960)</u>	<u>(1.679)</u>
Lucro líquido para cálculo dos dividendos	18.240	31.909
Dividendos propostos - 30%	<u><u>5.472</u></u>	<u><u>9.573</u></u>

Os dividendos propostos correspondem a R\$516,44 -(R\$903,47 em 2012) por lote de mil ações ordinárias e R\$568,08 -(R\$993,81 em 2012) por lote de mil ações preferenciais.

Em AGE de 12 de julho de 2013, foi aprovado a distribuição de dividendos extraordinários no valor de R\$35.000, utilizando reserva de lucros, sendo pagos integralmente em outubro deste exercício.

c) Reserva Legal

O saldo da rubrica "Reserva legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R\$9.825 -(R\$8.865 em 2012).

## 16. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Por função:</u>				
Custos dos produtos	(689.897)	(645.380)	(690.463)	(645.419)
Despesas c/vendas	(157.710)	(136.588)	(157.823)	(136.668)
Despesas gerais administrativas	(59.081)	(60.716)	(71.440)	(70.542)
Remuneração dos administradores	(1.865)	(1.625)	(3.467)	(3.120)
Outras receitas	964	5.408	7.434	9.736
	<u>(907.589)</u>	<u>(838.901)</u>	<u>(915.759)</u>	<u>(846.013)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Por natureza:</u>				
Depreciações e amortizações	(8.887)	(8.940)	(9.312)	(9.575)
Despesas c/pessoal	(55.811)	(51.945)	(60.701)	(56.867)
Matérias primas e materiais	(549.441)	(516.028)	(550.006)	(516.099)
Fretes	(98.191)	(88.092)	(98.191)	(88.094)
Outras	(195.259)	(173.896)	(197.549)	(175.378)
	<u>(907.589)</u>	<u>(838.901)</u>	<u>(915.759)</u>	<u>(846.013)</u>

## 17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	115.000	Junho 2014
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos e danos morais.	RC	1.000	Junho 2014
Responsabilidade Civil	Administradores	RC D&O	5.000	Junho 2014
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2014
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Agosto 2014
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional	US\$ 5.000	Agosto 2014

## 18. TRIBUTOS PARCELADOS

TRIBUTOS	Controlada		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
PIS e COFINS	5.254	6.010	5.254	6.010
Imposto de renda retido na fonte	1.600	1.831	1.600	1.831
Imposto de renda e contribuição social	7.002	5.097	7.071	5.097
	<u>13.856</u>	<u>12.938</u>	<u>13.925</u>	<u>12.938</u>

Em 2009 a empresa aderiu ao programa Refis IV, instituído pela Lei 11.941/2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB, que ainda encontravam-se em discussão até aquela data.

Em 31 de dezembro de 2013, aproveitando a reabertura do Refis IV instituída pelo artigo 17 da Lei 12.865/2013 que alterou os prazos de adesão à Lei 11.941/2009, a Companhia incluiu o valor de R\$3.474, decorrente de débitos de Imposto de renda e Contribuição Social, pendentes até 30 de novembro de 2008, os quais a companhia vinha discutindo na esfera administrativa/judicial. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 o montante do parcelamento atualizado, e líquido das parcelas pagas, é de R\$13.856 empresa -(R\$13.926 consolidado), em 2012 -R\$12.938(empresa e consolidado).

Nestas demonstrações o Refis, esta sendo apresentado na rubrica "obrigações sociais e tributárias", no circulante R\$1.743 empresa -(R\$1.784 consolidado), em 2012-R\$ 1.117(empresa e consolidado) e no não circulante R\$12.113 empresa -(R\$12.141 consolidado), em 2012 -R\$11.821 - (empresa e consolidado).

## 19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

a) A Companhia adota o critério de constituir provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como perda provável. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento processos de natureza tributaria, no montante de aproximadamente R\$49.488, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, foram consideradas como de perda possível, mas não provável, e para os quais a Administração da Companhia entende, não ser necessário a constituição de provisão.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Passivo circulante</u>				
Provisão para contingências	37.560	27.910	39.335	29.010
(-) Depósitos judiciais	(2.373)	(2.286)	(4.148)	(3.386)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	<u>35.187</u>	<u>25.624</u>	<u>35.187</u>	<u>25.624</u>

b) A Companhia postula, por meio de processo judicial no STF, impetrado em 2000, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2013, calculado a partir de 1995 até o advento das Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/04, ainda não contabilizado, está em R\$31.354–controladora e consolidado (31 de dezembro de 2012: R\$30.515 – controladora e consolidado). Atualmente, essa tese encontra-se com julgamento suspenso no Supremo Tribunal Federal, por pedido de vistas de ministros, e está com placar favorável aos contribuintes de seis votos, contra um para o fisco.

c) A Companhia e a controlada, Real Empreendimentos S.A., esta na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida por Sonae Distribuição do Brasil (sucudida por WMS Supermercados do Brasil LTDA) que em 28 de julho de 2010 foi julgada, em primeiro grau, parcialmente procedente, com condenação ao pagamento de R\$38.981. A Companhia protocolou apelação, julgada em novembro de 2011 pela 12ª Câmara Cível, dando provimento parcial às suas pretensões, reduzindo

o valor inicial de condenação para R\$17.737, e reconhecendo o direito a juros de mora de 1% a.m. mais IGP-M, contados do ajuizamento da ação (março 2004). Ambas as partes interpuseram embargos de declaração. A estimativa dos consultores legais da companhia é que a improcedência é uma hipótese provável e a redução do valor da condenação uma hipótese possível. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a Companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela Real Empreendimentos S.A.

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DIRETORIA</b>	<b>RESPONSÁVEL TÉCNICA</b>
Lauro de Oliveira Lapa (Presidente)	Luciano Adures de Oliveira (Diretor-presidente)	Mara Lúcia Soares da Fonseca (Contadora CRC-RS 50.772)
Luciano Adures de Oliveira (Vice-presidente)	Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Diretor-Vice Presidente e Relações c/ Investidores)	
Ary Teixeira de Oliveira	Luiz Augusto Barcelos Krause (Diretor Comercial)	
Augusto Lauro de Oliveira Júnior		
Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira Júnior	Marcelo Augusto Furlan dos Santos (Diretor administrativo e financeiro)	
João Carlos de Oliveira Júnior		
Sérgio Martins de Oliveira  (Conselheiros)		

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES**  
Pelotas - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Conforme descrito nas notas explicativas 2 e 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES** essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

### **Outros Assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 17 de março de 2014.

**MOORE STEPHENS PRIME**  
**AUDITORES E CONSULTORES SOCIEDADE SIMPLES**  
**CRC RS nº 4.316**  
**CVM nº 10.510**

**Sérgio Laurimar Fioravanti**  
**Contador - CRC RS nº 48.601**

**Jarbas Lima da Silva**  
**Contador - CRC RS nº 37.815**

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal em cumprimento às disposições legais examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas da JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A Participações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: a) Análise das demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Companhia; b) Realização de diversas reuniões com a Administração e com a Contadora da Companhia, objetivando esclarecer dúvidas sobre os documentos e informações elaboradas pela Companhia; c) Realização de reuniões com os Auditores Externos sobre os referidos documentos acima citados, e questionamento sobre o cumprimento do seu plano de trabalho sem qualquer restrição.

Com base nos nossos exames acima citados, informações e/ou esclarecimentos recebidos e, considerando o Relatório de Auditoria Externa emitido pela Moore Stephens Prime Auditores e Consultores Sociedade Simples, em 17 de março de 2014, sem ressalva, os Membros do Conselho Fiscal são de parecer que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas estão em condições de serem apreciadas pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre (RS), 19 de março de 2014.

Marcio Renato Lopes

Leopoldo Henrique Krieger Schneider

Sérgio Nunes de Nunes